

LOTERIAS SÃO PAULO

Produto I
Anexos do Edital e do Contrato



Projeto liderado pela NGT, com a consultoria de BetConsult, a assessoria jurídica da Feijó Advocacia, Lenzi Advocacia e Pedro Henrique Braz de Vita, e assessoria financeira da Blue Lagoon. A parte técnica e operacional foi elaborada pelas seguintes empresas: NGT, BIG Brazil, Sga.bet e Marjosports.

ANEXO EDITAL I - MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Ao Estado de São Paulo,

Ref.: Edital nº ***

Prezados Senhores,

[Proponente] (“Proponente”), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), vem requerer seu credenciamento e apresentar anexos os documentos para sua habilitação, qualificação e credenciamento no processo em referência.

A Proponente declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do Edital em referência e que os aceita integralmente, em especial, no que tange às faculdades conferidas à Comissão de conduzir diligências especiais para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas.

A Proponente declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para qualificação e apresentou os Documentos de Qualificação, conforme definido no Edital nº ***, de forma correta.

A Proponente declara, ainda, que os Documentos de Qualificação ora apresentados são completos, verdadeiros e corretos em cada detalhe.

[Proponente] [representante legal]

ANEXO EDITAL II - MODELO DE DECLARAÇÕES

Ao Estado de São Paulo,

Ref.: Edital nº ***

Prezados Senhores,

Em atendimento aos itens *** do Edital em referência, a [PROPONENTE, por seus representantes legais abaixo assinados, declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que:

- (i) atende a todos os requisitos de habilitação e qualificação previstos no Edital e se compromete a manter o atendimento a esses requisitos durante toda a licitação e todo o período de contratação;
- (ii) não estão impedida de participar de licitações públicas, por nenhum motivo;
- (iii) detém capacidade para contratar todos os seguros necessários à execução do objeto da concessão e detém capacidade para obter recursos para realizar os investimentos necessários para a execução do objeto da concessão;
- (iv) está em situação regular perante o Ministério da Economia, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- (v) Não se encontra em processo de falência, autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente;
- (vi) manifesta formal e expressamente sua submissão à legislação brasileira e renúncia integral de reclamar, por quaisquer motivos de fato ou de direito, por via diplomática.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[PROPONENTE]

Assinatura do representante legal.

ANEXO EDITAL III - MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, [Proponente], [qualificação], doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs [•], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

(a) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo o Estado de São Paulo, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do processo de contratação previsto no Edital nº ***, inclusive para interpor recursos e renunciar

ao direito de interpor recursos;

(b) assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;

(c) representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

(d) a seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de validade mínimo de 1 (um) ano a contar da Data para Recebimento dos documentos, devendo ser prorrogada por igual prazo, com 30 (trinta) dias de antecedência da data de expiração.

[Local], [data].

[PROPONENTE]

Assinatura do representante legal.

ANEXO EDITAL IV - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE PROPONENTE ESTRANGEIRA

Ao Estado de São Paulo,

Ref.: Edital nº ***

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital em referência, a [Proponente], caracterizada como Proponente Estrangeira, por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que não funciona no Brasil, nos termos do artigo 32º, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, e que

(i) os documentos abaixo indicados do país de origem da empresa (NOME E QUALIFICAÇÃO) são equivalentes aos documentos; e/ ou

Descrição do documento do país de origem	Documento exigido no Edital	Item do Edital em que o documento é exigido

(ii) que os documentos abaixo indicados não possuem documento equivalente no país de origem da empresa (NOME E QUALIFICAÇÃO).

Documento exigido no Edital que não possui documento equivalente no país de origem.	Item do Edital em que o documento é exigido.

Atenciosamente,

[Proponente] [representante legal]

ANEXO EDITAL V - MODELO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

DAS PARTES

A) (nome completo da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º_____, neste ato representada por seu (a) representante legal (nacionalidade), (estado civil), (CPF), (RG), (residente e domiciliado na Rua “X”) abaixo assinado, aqui agora referida como _____;

B) (nome completo da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º_____, neste ato representada por seu (a) representante legal (nacionalidade), (estado civil), (CPF), (RG), (residente e domiciliado na Rua “X”) abaixo assinado, de ora em diante simplesmente _____;

(...)

Considerando o Edital n.º*** (doravante CREDENCIAMENTO), publicado pelo Estado de São Paulo;

Considerando que as partes têm a intenção de apresentar requerimento conjunto no Credenciamento por meio de consórcio e, no caso de adjudicação do objeto, executar o contrato da mesma forma;

Têm entre si justo e firmado presente Instrumento de Compromisso de Constituição de Consórcio, composto pelas empresas acima identificadas e qualificadas (PARTES), mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO DO CONSÓRCIO

1.1 O objetivo do Consórcio é a participação conjunta no Credenciamento e posterior execução da concessão, em caso de adjudicação do objeto do credenciamento, descritas e especificadas no Edital n.º***.

1.2 As PARTES declaram expressamente que constituição Sociedade de Propósito Específico, na forma de sociedade anônima, como condição para a assinatura do contrato de concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O consórcio perdurará por prazo indeterminado até o esaurimento das obrigações das PARTES com o Poder Concedente, seja na esfera do Credenciamento, seja na esfera do contrato de concessão que vier a ser celebrado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIDERANÇA E REPRESENTAÇÃO DO CONSÓRCIO

3.1. Para os efeitos de representação do Consórcio, nos termos do inciso II do art. 33 da Lei nº 8.666/93, perante a CONTRATANTE, fica, desde já, constituída como líder, a empresa “.....”, cuja qualificação consta do preâmbulo deste instrumento, detendo amplos poderes para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, receber intimações, ofícios, comunicações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante órgãos da administração pública, em qualquer grau de jurisdição, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, caso o Consórcio venha a ser credenciado.

3.2. A empresa Líder representará as empresas integrantes do Consórcio durante o Credenciamento, com poderes para responder em nome de todas as consorciadas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES

4.1 As partes se comprometem a providenciar, no prazo, toda a documentação necessária à participação do Credenciamento, bem como a desenvolver em conjunto as ações necessárias à efetiva contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

5.1 As empresas que formam o Consórcio responderão solidariamente, por todos os atos praticados, durante a fase de credenciamento ou da execução do Contrato, que dela eventualmente decorra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E IMPEDIMENTOS

6.1 As empresas assumem o compromisso de não alterar ou, sob qualquer forma, modificar a constituição ou composição do consórcio, sem a prévia anuência da CONTRATANTE, até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes de eventual contrato, visando manter válidas todas as premissas que asseguraram a habilitação do Consórcio original.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 As empresas que constituem o presente Consórcio, caso sejam credenciadas e lhes seja adjudicado o objeto da concessão, assumem o compromisso irretratável e irrevogável de elaborar, firmar, registrar e apresentar, anteriormente à assinatura do Contrato, Instrumento de Constituição de Consórcio, de acordo com as cláusulas do Edital e devidamente aprovado e assinado pelo órgão competente para autorizar a alienação dos bens do ativo permanente, nos termos do que dispõe os art. 278 e 279 da lei 6.404/76.

7.2. As PARTES assumem o compromisso irretratável e irrevogável, de providenciar o registro e arquivamento do Instrumento de Constituição do Consórcio na Junta Comercial e a respectiva publicação da certidão de arquivamento antes da assinatura do contrato decorrente do Credenciamento.

7.3 O disposto no edital de Licitação aplica-se ao presente Instrumento de Compromisso de Constituição de Consórcio, de forma especial as declarações exigidas no Edital, as quais, embora assinadas pela Líder, são de teor conhecido pela outra PARTE, que a elas adere no que lhe couber, como se as tivesse assinado diretamente.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro do Município do São Paulo, São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente termo contratual. E, por estarem assim ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que cumpra seus efeitos legais.

Local, data e ano.

ANEXO CONTRATO I – CADERNO DE ENCARGOS

1. OBJETO

1.1 O presente documento tem o objetivo de descrever os encargos e apresentar as diretrizes a serem obrigatoriamente cumpridas pela Concessionária relativamente ao objeto da concessão.

1.2 O objeto da Concessão é a operação integral, sem exclusividade e em regime concorrencial, das modalidades de jogos e apostas previstas no Decreto Estadual, incluindo todas as atividades necessárias para a consecução do objeto, tais como a criação de produtos lotéricos (jogos), impressão dos bilhetes, estocagem, distribuição e comercialização dos produtos de loteria de prognósticos, de loteria instantânea e dos prognósticos esportivos por quota fixa, em meio físico e/ou virtual, bem como o pagamento dos prêmios e a elaboração, propositura, orientação e execução de campanhas publicitárias voltadas para o aprimoramento do serviço público em foco.

2. ENCARGOS GERAIS DA CONCESSÃO

2.1 A Concessionária deverá observar todos os requisitos mínimos e específicos deste Caderno de Encargos.

2.2 É de responsabilidade da Concessionária providenciar todas as autorizações, alvarás e licenças necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública para executar as atividades relacionadas à Concessão, sendo todas as despesas com tais processos de sua exclusiva responsabilidade, nos termos do Contrato.

2.3 O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, constatando que a Concessionária deixou de atender aos encargos estabelecidos neste Anexo, manifestar-se expressamente no sentido de que sejam providenciados os ajustes e adequações necessárias.

2.4 A Concessionária deverá arcar com todos os custos e despesas necessários à sua operação.

2.5 A Concessionária deverá identificar todos os apostadores e manter registro de todas as suas atividades perante a Concessionária.

2.6 Todos os bilhetes físicos e apostas virtuais deverão ser numeradas, identificadas, registradas, e essas informações devem ser armazenadas em banco de dados da Concessionária.

3. MODALIDADES LOTÉRICAS OBJETO DA CONCESSÃO

3.1 Os Jogos são divididos em 6 modalidades:

3.1.1 **Loteria instantânea:** bilhete de loteria no qual o jogador raspa uma camada de determinado material de uma ou mais áreas de jogo para determinar se ele ganhou de forma instantânea, conforme indicado pelos símbolos, números e palavras que são revelados;

3.1.2 **Loteria de prognósticos numéricos:** jogos em que o apostador adquire o bilhete e o preenche tentando prever o resultado;

3.1.3 **Loteria de prognóstico numerado:** jogos em que o apostador adquire o bilhete e ele já está preenchido.

3.1.4 **Loteria de prognósticos específico:** modalidade prevista na Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006.

3.1.5 **Loteria de prognósticos esportivos:** jogos em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos.

3.1.6 **Loteria de Aposta de Quotas Fixas - eventos virtuais:** jogos em que se realiza apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido o quanto o jogador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico no momento da aposta.

4. ÁREA DA CONCESSÃO

4.1 A Concessionária poderá explorar os jogos lotéricos em todo o território do Estado de São Paulo, mas fica limitada exclusivamente a essa área geográfica, sendo vedada a exploração da atividade em outros locais.

5. CANAIS DE VENDAS E FORMAS DE EXPLORAÇÃO

5.1 A concessionária poderá explorar todos os jogos nos canais físico ou virtual, a seu critério exclusivo, seguindo as diretrizes estabelecidas neste contrato e caderno de encargos.

5.2 A Concessionária poderá utilizar rede de agentes lotéricos para implantar a venda física e/ou virtual de todos os seus jogos lotéricos, devendo ter a relação completa dos agentes e distribuidores que integram essa rede.

5.3 A Concessionária possui ampla liberdade para definir a forma como a rede de agentes citada no item anterior se dará, qual quantidade e em que regiões do Estado.

5.4 A Concessionária também possui liberdade para definir os Pontos de Venda dos jogos lotéricos, o que inclui a sua estrutura, o seu quantitativo e a sua localização.

5.5 Autoriza-se a instalação de Pontos de Vendas dedicados e não dedicados em conjunto com qualquer estabelecimento comercial.

6. SEDE DA CONCESSIONÁRIA E BANCO DE DADOS

6.1 A Concessionária deverá manter sede física em São Paulo, onde será o local de gestão da operação lotérica no Estado.

6.2 É obrigação da Concessionária manter base de dados e backups online disponíveis para fiscalização e acompanhamento pelo Poder Concedente. Essa base de dados deve possuir os requisitos de segurança mínimos previstos neste Caderno de Encargos.

6.3 A Concessionária deverá manter em sua base de dados o registro de todas as apostas e bilhetes emitidos, bem como de todos os pagamentos realizados e as informações completas de todos os apostadores, sejam eles realizados de forma física ou virtual.

7. PLATAFORMA ONLINE

7.1 A Concessionária poderá explorar os jogos em ambiente virtual por meio de plataforma online, que deverá atender aos requisitos técnicos e de segurança estabelecidos neste Caderno de Encargos e no Contrato.

7.2 Cada usuário-apostador deverá realizar cadastro individual na plataforma mediante cadastro de senha de utilização, fornecimento de dados e documentos que permitam a sua identificação e com preenchimento de documento KYC (know-your-customer/ conheça-seu-cliente).

7.3 A Concessionária deverá manter registro de apostas e de emissão de bilhetes emitidos pela plataforma online.

8. ENCARGOS ESPECÍFICOS DA CONCESSIONÁRIA

8.1 Os encargos financeiros são:

8.1.1 Realizar o pagamento dos valores anuais de outorga para o Poder Concedente.

8.1.2 Repassar mensalmente os valores destinados para o Poder Concedente, conforme fixado em Decreto e no Contrato.

8.1.3 Quitar todos os tributos devidos em decorrência da exploração das atividades lotéricas, especialmente o Imposto de Renda retido na fonte e o Imposto Sobre Serviços – ISS.

8.1.4 Pagar os prêmios aos apostadores vencedores.

8.1.5 Arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários e colaboradores da Concessionária, inclusive aqueles decorrentes de acordos coletivos ou de decisões judiciais.

8.1.6 Apresentar e manter as garantias previstas no contrato para o cumprimento do contrato.

8.2 Manter equipe suficiente para operar as atividades lotéricas.

8.3 Realizar treinamento de agentes terceirizados em pontos de vendas.

8.4 Responsabilizar-se por garantir o cumprimento da proibição de jogos para menores de 18 anos.

8.5 Monitorar e fiscalizar sua atividade para que não seja possível a utilização das loterias para lavagem de dinheiro.

8.6 Manter o sítio na Internet e Aplicativo para dispositivo de telefonia móvel para a exploração online da modalidade lotérica de aposta de quota fixa.

8.7 Redirecionar para o sítio na Internet, registrado perante o Poder Concedente, todos os acessos que se estabeleçam a partir de localizações situadas em território do Poder Público (endereço de IP) ou que façam uso de contas de jogadores registrados no Poder Público (endereço de cadastro).

8.8 Instalar e manter o sistema técnico de jogo para a exploração da categoria de apostas de quota fixa, em observância dos requisitos subjacentes à respectiva homologação;

8.9. Assegurar a integridade, a disponibilidade, a confidencialidade e todos os demais atributos de segurança das apostas objeto da concessão, garantindo um jogo confiável e transparente.

8.10 Manter conta bancária previamente cadastrada junto ao Poder Concedente, através da qual são efetuadas, em exclusivo, todas as transações relacionadas com a atividade, objeto da presente Concessão.

8.11. Manter o registro de sócio controlador ou majoritário perante o Poder Concedente, para fins de responsabilidade patrimonial.

8.12 Prestar informação, de forma clara, no respectivo sítio na Internet, sobre as proibições de jogar.

8.13 Disponibilizar e prestar informação sobre as regras das apostas desportivas de quota fixa de forma clara, verdadeira, completa e atualizada, incluindo os instrumentos de pagamento admitidos, os valores mínimo e máximo de aposta e as regras de cálculo e de pagamento dos prémios.

8.14 Definir uma política de privacidade, que deve ser expressamente aceite pelo jogador, na qual se identifique a informação mínima que é solicitada, a finalidade a que se destina, bem como as condições em que a mesma pode ser divulgada.

8.15 Criar um registro/cadastro e uma conta para cada jogador, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

8.16 Pagar aos jogadores vencedores os prêmios no valor anunciado.

8.17 Ordenar a transferência para a Conta de pagamento previamente indicada e titulada pelo jogador dos saldos da conta de jogador, quando este o solicitar.

8.18 Assegurar o cumprimento das leis vigentes quanto à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro outros crimes tipificados na Legislação.

8.19 Colaborar no combate ao jogo ilegal e atividades ilícitas associadas, cumprindo as disposições preventivas previstas na lei e denunciando práticas ou comportamentos que lhe sejam contrárias.

8.20 Assegurar a contabilidade das apostas, dos pagamentos dos prêmios e do recolhimento dos tributos, conforme as exigências legais.

8.21 Cumprir com as demais obrigações legais ou regulamentares aplicáveis, bem como as instruções e orientações emitidas pelo Poder Concedente.

9. REQUISITOS BÁSICOS DO SISTEMA DE OPERAÇÃO DAS LOTERIAS

9.1 Todos os jogos lotéricos, físicos ou virtuais, explorados pela Concessionária devem ser geridos e organizados por um ou mais sistemas de operações interligados e unificados, para permitir a adequada fiscalização e acompanhamento da operação da Concessionária.

9.2 Esse sistema de operação deve permitir a distribuição de jogo, virtual ou físico, de modo a garantir a criação de um registro/conta de cliente e a criação de uma conta para colocar apostas e receber os seus prêmios pagos eletronicamente quando os resultados são processados.

9.3 Todos os dados que integram o sistema operacional devem ser criptografados automaticamente. A estratégia de segurança dos centros de dados deve obedecer a controles de segurança e várias camadas de defesa escaláveis que garantam a proteção dos dados, incluindo a gestão de barreiras físicas, tecnologia de detecção de ameaças e de triagem detalhada no acesso aos centros de dados, assim como gestão de backups (cópias de segurança) dos sistemas.

9.4 O sistema de segurança deve garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD) em matéria de proteção de dados pessoais,

assegurando o controle sobre classificação, criptografia, gerenciamento de acesso e credenciais de segurança.

10. PLANO DE CERTIFICAÇÃO

10.1 A Concessionária deverá obter as seguintes certificações, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses do início da prestação dos serviços, que podem ser prorrogados de forma justificada e desde que comprovado que a Concessionária adotou as providências necessárias para obter as certificações tempestivamente:

10.1.1 ISO/IEC 27001:2013 - certificação do sistema operacional da Concessionária para garantir o cumprimento dos requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente o Sistema de Gestão de Segurança da Informação dentro do contexto da organização, incluindo a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação.

10.1.2 WLA - SCS: 2016 - certificação do sistema operacional da Concessionária para garantir o cumprimento dos requisitos de segurança, integridade e gestão de risco padrão recomendados pela World Lottery Association.

10.1.3 ISO 37001: 2017 – certificação de sistema de gestão antissuborno.

10.1.4 ISO 27701: 2019 – certificação de sistema de proteção de dados.

10.1.5 WLA – Responsible Gaming Framework – nível 3 – certificação de jogo responsável.

11. CONCEITO DE JOGO RESPONSÁVEL

11.1 A Concessionária deverá explorar os jogos lotéricos no Estado de São Paulo adotando as melhores práticas internacionais de jogo responsável.

11.2 Deve-se disponibilizar todas as informações necessárias para que os apostadores tenham conhecimento sobre seu comportamento, de modo a reduzir riscos decorrentes do jogo e que assegurem proteção do jogador e de suas famílias.

11.3 É imprescindível que a Concessionária adote todas as providências para garantir a proteção de menores de idade e de pessoas vulneráveis, impedindo-as de praticar qualquer tipo de jogo.

11.4 A Concessionária deverá dispor de mecanismos de autoexclusão para permitir que os apostadores tenham a possibilidade de solicitar a sua própria exclusão do jogo, por um período adequado à sua proteção. O sistema de autoexclusão deve ser amplamente divulgado e de fácil acesso.

11.5 Deve-se realizar treinamentos e capacitações de todos os funcionários e colaboradores da Concessionária quanto às políticas de jogo responsável, seguindo as melhores práticas internacionais.

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DOS BILHETES

12.1. O bilhete, seja ele físico (ou não), deverá conter as seguintes informações:

12.1.1 Resumo do Regulamento do Jogo.

12.1.2 Discriminação dos Prêmios.

12.1.3. Número de Validação do bilhete.

12.2 A impressão, quando físico, por sistema computadorizado da numeração dos lotes e dos bilhetes deverá incluir código e que propicie boa e inequívoca leitura compostos de:

a) Número do jogo;

b) Por um número aleatório e;

c) Número do Bilhete.

12.3 O verso dos bilhetes físicos deverá conter, em especial, as seguintes informações:

12.3.1. Resumo do Regulamento do jogo.

12.3.2. Descrição dos prêmios.

12.3.3. Identificação do bilhete com código impresso por sistema computadorizado em algarismos arábicos composto por:

- a) Número do jogo;
- b) Número do lote;
- c) Número do Bilhete;
- d) Código de Barras e/ou QR Code nos bilhetes físicos.

12.4 O *software* para geração das impressões por sistema computadorizado será de total responsabilidade da Concessionária.

12.5 O *software* para geração dessas impressões deverá ser desenvolvido com técnicas que assegurem a inviolabilidade das combinações de premiação e dos respectivos códigos de validação.

12.6 O *software* deverá permitir a impressão de códigos de barras a ser utilizado no controle dos bilhetes no formato solicitado.

12.7 Os bilhetes físicos devem ser impressos em local com sistema de segurança para garantir a impossibilidade acesso de qualquer pessoa não autorizada.

12.8 Todos os equipamentos destinados à fabricação dos bilhetes deverão ser configurados para que o processo industrial seja automatizado, de forma que não ocorra o manuseio de bilhetes durante a impressão dos dados variáveis e suas respectivas coberturas de segurança.

12.9 Os bilhetes deverão oferecer total segurança contra técnicas de fraudes, seguindo as melhores práticas internacionais.

13. COMERCIALIZAÇÃO E REGISTRO DE VENDA E APOSTAS

13.1 A Concessionária realizará a comercialização dos jogos ofertados por meio eletrônico ou por meio físico através de dinheiro ou terminais (POS) de crédito ou débito, ou por outro qualquer meio que possa vir a ser disponibilizado, desde que garantidas as condições de segurança.

13.2 Em toda transação, a Concessionária deverá registrar o CPF do apostador, o seu nome completo, tipo de transação, valor, data e hora da transação, além de outras informações que a Concessionária entender relevantes.

13.3 O apostador deverá possuir cadastro e conta virtual, a qual deverá informar saldos de créditos disponíveis e histórico completo de apostas e transações do apostador.

13.4 O apostador deverá ser informado do prêmio bruto, dos impostos retidos na fonte e dos valores líquidos a serem resgatados ou convertidos;